

com que nos brindara o calamitoso 1983, eu perguntava, desde aqui das páginas deste boletim, se era lícito esperar ainda. E, apesar de não conseguir vislumbrar nada que pudesse nos acenar com qualquer melhoria, usei apresentar um motivo de esperança, apontando para a Argentina, que no início de 83 se encontrava em situação muito pior do que a nossa e que, no entanto, emergira para a democracia, através de uma das mais belas eleições que se travaram em nosso pobre e sofrido Continente.

Se havia acontecido lá, por que não haveria de se repetir aqui? E recordava que a surpresa — sinal inequívoco da presença de Deus na caminhada dos homens — é a primeira lei da história.

E, como todos nos lembramos bem, aconteceu em 84 a beleza rara das multidões incontáveis, espontâneas, pacíficas, multicoloridas, cantando, mais do que gritando: "Diretas, já".

Se não vieram as diretas, veio Tancredo. E vieram sinais promissores de mudanças inadiáveis.

Tancredo morreu. E as mudanças não vieram e af estarmos nós às voltas com nossas costumeiras mazelas. Às voltas com a corrupção devastadora, com os mesquinhos interesses pessoais e partidários, com a ambição e a ganância desmedidas dos economicamente poderosos, com a obtusidade e a insensibilidade dos latifundiários e de todos os beneficiários das estruturas atuais. Na realidade, estamos criando o caldo de cultura para as previsíveis convulsões sociais e para o derramamento de sangue.

Diante de tal quadro, é difícil, senão impossível, falar de esperança, mesmo porque a esperança fala do amanhã, quando as soluções precisavam ter sido de ontem. Os pobres e miseráveis deste País não podem esperar mais. Seus sofrimentos são insuportáveis.

Mas, se não mais podemos dizer que Deus é brasileiro, pois as injustiças o baniram de nossas fronteiras, apeguemo-nos a Nossa Senhora, neste Ano Mariano que se inaugura, e brandemos-lhes afilios e confiantes; "Virgem da esperança, mãe dos pobres, Senhora dos que peregrinam: escuta-nos. Hoje, te pedimos pela América Latina, continente que tu visitas com os pés descalços. Mãe dos pobres, há muita miséria entre nós. Falta o pão material em muitas casas. Falta o pão da verdade em muitas inteligências. Falta o pão do amor em muitos corações".

Senhora da esperança, dá-nos que saibamos esperar, mesmo contra toda esperança.

O SR. LUIZ VIANA NETO (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr. Constituintes, no curso dos trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte por duas vezes apresentei proposta visando a vincular 1% da receita da União a investimentos na região do vale do São Francisco. Animou-me a convicção de ser este um problema nacional, uma dívida histórica, cujo resgate não pode tardar.

Infelizmente, por duas vezes os Srs. Relatores que se debruçaram sobre esta proposta não lhe deram acolhida, argüindo que não compete a esta

Assembléia fazer isso, que não seria próprio inserir na Constituição vinculação de receita para solucionar problemas regionais. De minha parte, estou convencido de que nós, os Constituintes de 1987, não podemos continuar de olhos fechados a essa dura realidade em que vivem milhões de brasileiros no vale do São Francisco, região potencialmente rica, mas que continua mergulhada na mais negra e desalentadora miséria. Poderia dizer que mais da metade das famílias que vivem naquela região não consegue ter uma renda **per capita** de um quarto de salário mínimo. Poderia também lembrar que mais de 70% da população adulta é analfabeta na zona rural.

Pergunto se é admissível, se seria tolerável no Brasil de hoje, que tem vastas regiões prósperas e desenvolvidas, aceitar que irmãos nossos continuem sobrevivendo em condições tão cruéis e desumanas.

É verdade, Sr. Presidente, que em uma das Comissões em que se dividiu a Assembléia Nacional Constituinte foi aprovado dispositivo que regionalizou o orçamento da União, determinando que ele fosse repartido proporcionalmente à população das macrorregiões. Se não é permitido atribuir renda pública às macrorregiões, porque não poderemos socorrer as regiões, como a do vale do São Francisco, que ainda vivem em absoluta miséria? Todos sabemos que o Brasil se divide pelo menos em dois: o Brasil dos ricos e o Brasil dos pobres. Dizia que o Nordeste e o Norte também são pelo menos dois: o Nordeste e o Norte dos pobres, e o Nordeste e o Norte dos pauperísimos, para não dizer miseráveis. Exatamente para socorrer essa gente é que submeterei à apreciação de meus Pares esse dispositivo constitucional, já colhido pela sabedoria e sensibilidade do Constituinte de 1946. Não poderemos deixar o atestado de que nesses quarenta anos o Brasil não se desenvolveu. No entanto, continuamos embrutecidos. Confio na sensibilidade dos Constituintes de 1987; na sensibilidade que eles têm para perceber o sofrimento de irmãos nossos que ainda vivem à margem do desenvolvimento e da civilização.

Por isso, animado por esta confiança, voltarei a reapresentar esta proposta, inserindo-a na letra perene da Carta Magna como um dispositivo que represente um raio de luz e esperança para milhões de irmãos nossos que vivem na região do vale do São Francisco. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Luiz Viana Neto, o Sr. Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, Segundo Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) — Tem a palavra o Sr. Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pronúncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Previdência e Assistência Social não vão bem.

No início do ano, o Sr. Ministro Raphael de Almeida Magalhães, sob o título "A Previdência presta contas", mandava divulgar (como matéria paga) os resultados dos trabalhos sob sua responsabilidade. Sr. Ministro os considerou altamente promissores.

Citava:

"Em 1986, foram concedidos um milhão e quatrocentos mil benefícios novos, e um total de 11 milhões de benefícios em manutenção. A despesa foi de cerca de 125 bilhões de cruzados, ou quase 500 milhões por dia. Mais de 8 milhões de trabalhadores rurais passaram a contar com o seguro de acidente de trabalho. E com assistência médica igual à oferecida ao trabalhador urbano.

Foram pagas 241 milhões de consultas médicas, cerca de 700 mil por dia; 11 milhões de serviços de diagnóstico e terapia. Fizemos convênios com mais de 2.200 municípios brasileiros, cobrindo cerca de 85% da população total do País.

A Assistência Social atingiu 16 milhões de pessoas. As creches receberam 3 milhões de crianças.

A Previdência atendeu a 543 mil menores na Funabem."

Anunciava, ainda, o Sr. Ministro um superávit financeiro, como função do bom desempenho do seu Ministério.

Os números efetivamente impressionam pelas suas grandezas. Mas, se comparados com o que deixou de ser feito, ou com a qualidade dos serviços prestados, estes números pouco representam como forma de julgamento do bom ou mau desempenho.

Em verdade, outros números e informações nos dão mostras evidentes de que a Previdência Social e a Assistência Social vão mal.

As questões históricas, com o descalabro administrativo, erros e fraudes, persistem. Como exemplo citamos o caso das fraudes; especialista têm afirmado e a imprensa tem publicado, sem que desmentidos ocorressem, que o número de benefícios fraudados pagos mensalmente deve atingir mais de 1 milhão de casos.

As demoras na concessão dos benefícios são grandes. Os erros na emissão de carnês do Funrural são constantes. As filas para o atendimento médico são cada vez maiores.

Mais de 40 milhões de pessoas vivem à margem de qualquer atendimento previdenciário. O atendimento médico ao homem do campo é bastante deficiente. Na área do atendimento odontológico, somos um País de desdentados. O número de menores abandonados aumenta cada vez mais, e não devemos esquecer que a Previdência Social tem grande responsabilidade sobre este setor.

Vale aqui também falar um pouco sobre o tão festejado superávit da Previdência, que não deve surpreender a ninguém se no final de 1987 se transformar num grande déficit.

Após o grande déficit verificado no período 81/83, no ano de 1984 "o reequilíbrio financeiro foi novamente alcançado, através, decisivamente, do aumento da alíquota de contribuição e da tributação sobre os chamados bens de consumo supérfluos. Mas, do lado da despesa, porém, nenhum ato de racionalização de gastos foi considerado. Ao contrário, as questões gerenciais, que também, historicamente, acompanham a Previdência Social, se agravaram.

Os anos de 1985/86 encerraram suas atividades com superávit. E, novamente, o aumento da receita foi o grande fator.

Em 1985 a boa performance resultou da antecipação da arrecadação das contribuições dos